



ACÓRDÃO Nº410/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº10802/2015.

Apensos: Processo nº 16763/2019.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Câmara Municipal de Tonantins

4- Exercício: 2014

5- Responsável: Radson Alves de Souza (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Iago da Cruz Batista – OAB/AM14087

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 290/2022-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tonantins. Exercício de 2014.

Revelia. Irregularidade. Multa. Recomendação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Considerar revel o Sr. Radson Alves de Souza**, Presidente da **Câmara Municipal de Tonantins**, à época, nos termos do art. 88 da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE-AM c/c art. 20, § 4º, da Lei nº 2423/96, por não apresentar as razões de defesa;
- 10.2. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Radson Alves de Souza**, Presidente da **Câmara Municipal de Tonantins**, à época, relativamente ao **exercício de 2014**, nos termos do art. 71, II, da Constituição Federal c/c art. 40, II, da Constituição Estadual e art. 1º, II, a, arts. 2º e 5º da Lei nº 2.423/96-LO/TCE, em conjunto com os arts. 22, inciso III, "b" e 25 da Lei nº 2.423/96- LO/TCE, pelos motivos expostos no Relatório/Voto;
- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Radson Alves de Souza**, Presidente da **Câmara Municipal de Tonantins**, à época, no valor atualizado de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), em virtude das impropriedades "a" a "o" da Notificação nº 55/2021-DICAMI, que importam em ato de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional



ACÓRDÃO Nº410/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

e patrimonial, nos termos do art. 54, inciso VI, Lei nº 2.423/96-LO/TCE e art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. A multa deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta)** dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizar, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Recomendar à origem, Câmara Municipal de Tonantins, que observe com rigor o cumprimento das normas legais, e que mantenha a:

10.4.1. Atualização dos registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração (art. 94 a 96 da Lei Federal nº 4.320/64);

10.4.2. Atualização das fichas funcionais e financeiras quanto ao registro de férias, licenças, dependentes, faltas, reajuste salarial etc;

10.4.3. Atualização do Portal de Transparência em respeito à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011);

10.5. Determinar à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que, através da competente Divisão, vinculada à referida Secretaria, cientifique o interessado sobre o teor deste Acórdão, nos termos do art. 161, *caput*, do Regimento Interno desta Corte de Contas, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e do sequente *decisum*;

10.6. Arquivar o presente processo, após o trânsito em julgado, nos moldes regimentais.



ACÓRDÃO Nº410/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Março de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva e Auditor Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr.João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em sessão

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral